

# **Dinâmicas agrícolas, competitividade e mercado: a hortofruticultura em Portugal (1850-2000)<sup>1</sup>**

Leonardo Aboim Pires (ICS-Universidade de Lisboa)

## **Introdução**

Em 150 anos, o sector hortofrutícola português acompanhou várias mudanças no padrão de produção agrícola, passando, de um modo geral, de uma agricultura de estrutura familiar para uma estrutura de tipo empresarial, embora os dois modelos ainda convivam. Associado a esta questão, e para efeitos da nossa análise, o conceito de cadeias de valor oferece elementos para uma compreensão de algumas destas dinâmicas. Isto deve-se ao facto de através deste modelo ser possível acompanhar, de forma sequencial, as várias fases que convertem um produto agrícola em produto alimentar, num processo transformativo e de adição de valor que tem como objetivo a resposta às exigências do mercado e do consumo.

O principal objetivo deste projeto de investigação doutoral em Ciências da Sustentabilidade, será o mapeamento das cadeias de valor agrícolas existentes no referido sector, partindo do seu enquadramento teórico-metodológico, numa perspetiva temporal alargada. Procede-se a uma leitura global da problemática com dois casos de estudo: a laranja e a batata, variedades de interesse comercial e alimentar permitindo leituras para algumas regiões de Portugal: o Algarve, para a laranja, e Trás-os-Montes, para a batata. Pretende-se responder às seguintes questões: como pode o passado ajudar a compreender os atuais desafios sociais que resultam de uma construção antropocénica da realidade? Quais as cadeias de valor agrícolas presentes nos séculos XIX e XX? De que forma as condições do território permitiram a construção das cadeias de valor? Quais os fatores institucionais e económicos que, em cada caso, mais influenciaram esse processo?

---

<sup>1</sup> Este texto insere-se no projeto de pesquisa em curso para a nossa tese de doutoramento, sob a orientação científica de Mónica Truninger (ICS-ULisboa), Luís Mira da Silva (ISA-ULisboa) e Dulce Freire (FE-UC), e com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (2020.06506.BD).

Pretendemos fazer um contributo historiográfico para o conhecimento mais aprofundado sobre a realidade agrícola, com recurso às contribuições de várias áreas disciplinares, a nível conceptual e metodológico. A metodologia utilizada assenta nas bases do trabalho historiográfico e nos métodos a ele associados. Desde logo, no processo de construção das fontes, o recurso a arquivos da administração central é fundamental, sobretudo para o período cronológico mais recuado. Todavia conhecem-se variadas limitações, como para o período do Estado Novo e a documentação dos organismos de coordenação económica, em grande parte destruída ou por localizar. A nível documental, a informação é escassa, mas também dispersa, existindo uma necessidade de sistematização, já conseguida através de uma recolha feita ao abrigo de um projeto coordenado por Dulce Freire (<http://www.ruralportugal.ics.ul.pt/>). O Arquivo Nacional da Torre do Tombo e o Arquivo de Secretaria-Geral do Ministério da Economia são dois polos centrais da pesquisa, mas os arquivos distritais e municipais entram igualmente nesta pesquisa para os “casos de estudo”. Para os períodos mais recentes, a procura de informação ao mesmo nível é feita através de publicações especializadas, estatísticas, periódicas e monográficas. O uso do método da história oral é outro dos recursos metodológicos, estando contemplada a realização de 20 entrevistas a figuras como ex-governantes, agrónomos e empresários.

Atendendo o facto de ser um trabalho ainda em desenvolvimento com conclusões ainda preliminares, o foco deste texto está localizado na apresentação de considerações de natureza conceptual, na análise dos principais contributos e linhas de força dos trabalhos cuja base foi a análise de cadeias de valor agrícolas. Na parte correspondente à apresentação dos casos de estudo, são apresentados dados resultantes das primeiras incursões no domínio das fontes impressas e manuscritas.

### **Enquadramento e problemática do estudo**

O estudo da sustentabilidade conhece uma cada vez mais pertinência junto da produção científica académica, atendendo à crescente importância que tal assunto tem suscitado no âmbito da criação de políticas públicas conciliadoras entre rentabilização económica, benefícios sociais e preservação da biodiversidade e ecossistemas.

A nossa investigação desenvolve-se como uma leitura do passado, partilhando o princípio defendido por John Mandaliós segundo o qual “a compreensão histórica permite ao indivíduo reflectir sobre a historicidade, por oposição à naturalidade, de uma determinada prática ou instituição social” (Mandaliós 2002, 285). Com tal propósito e indo ao encontro dos objetivos a que nos propomos na nossa tese, pretendemos historicizar um processo económico cujas implicações terão de ser escrutinadas num âmbito mais alargado, isto é, os aproveitamentos de recursos naturais com proveitos económicos só poderão ser perceptíveis se convocarmos um conjunto de temáticas, nomeadamente, a conjugação dos fatores terra-homem-capital. Tal situação encontra no conceito de cadeia de valor agrícola um exercício teórico-metodológico cujo encaixe em situações passadas é plausível. Partindo este estudo de uma *mixed methods approach* (Small 2011), a abordagem seguida, associada à relevância do estudo da hortofruticultura, visa contribuir com perspetivas inovadoras, fornecendo uma visão de conjunto sobre este sector para colmatar lacunas já verificadas em trabalhos anteriores (Pires 2018a).

Focando a produção historiográfica mais recente, o estudo da agricultura portuguesa conhece vários contributos. Entre os quais, os estudos reunidos em *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000* (Freire e Lains 2017), que fornecem uma visão longa no tempo e integrada das principais tendências da agricultura portuguesa, articulando os contextos Europeu e global. Para o período contemporâneo, assinalam-se estudos quer para o século XIX (Pereira 1971; Radich 1987) quer para o século XX (Amaral 1993; Baptista 1993a). As investigações mais recentes relacionam-se com os estudos rurais desenvolvidos nas décadas anteriores numa perspetiva de inovação e renovação. Se a historiografia dos anos 70 e 80 colocava a tónica no atraso estrutural (Reis 1993) e na dependência económica portuguesa (Miranda 1991; Pereira 1974), os novos estudos realizados atestam as estratégias seguidas pela nossa economia num sistema internacional de trocas comerciais e exportação de capital, sem que se note uma desvinculação da herança dos estudos precedentes.

Esta tendência historiográfica integra-se e contribuiu para os debates internacionais pois o estudo de uma região tão pequena e dependente como Portugal mostra como a periferia interagiu com as mudanças económicas mundiais suscitadas pelo processo da

globalização. Sendo já melhor conhecidos os casos da cerealicultura (Amaral 1996), a vitivinicultura (Freire 2010), a subericultura (García Pereda 2009) e as florestas (Branco 2005; García Pereda 2018a), continua a ser necessário aprofundar a análise de como é que historicamente a hortofruticultura em Portugal contribuiu para este processo mais amplo, existindo apenas alguns trabalhos em que a temática é afluada especificamente (Freire e Truninger 2012; García Pereda 2018b; Pires 2018a).

Podendo suscitar algumas dificuldades interpretativas ao nível da aplicação terminológica e conceptual convém ressaltar alguns tópicos, nomeadamente, a questão do anacronismo ou leituras que vejam neste tipo de exercício uma forçosa utilização de vocabulário com pouca adequação ao passado, uma tentação *presentista*. Sami Syrjamäki tem desenvolvido estudos nesse campo (Syrjämäki 2011), bem como José d'Assunção Barros (Barros 2017).

Relativamente à cronologia, o ponto de partida é o início da segunda metade do século XIX. Esta opção de iniciar a nossa análise em 1850 está baseada no modelo teórico de Paul Bairoch que considera ser nesta década o início da Segunda Revolução Agrícola (Bairoch 1989), uma aproximação ao processo de internacionalização económica de um ponto de vista agrário. Tal facto tem vindo a ser muito debatido na historiografia internacional, porém, em Portugal, não se contam muitas abordagens que demonstrem a interdependência entre a agricultura mediterrânica com os mercados globais do seu tempo. O término são os anos 2000, quando o crescimento da economia internacional e o processo de globalização representaram uma nova oportunidade para o desenvolvimento de países periféricos. As novas tecnologias, as mudanças no quadro institucional, como a União Europeia e a Política Agrícola Comum (PAC), a rápida queda nos custos de transporte e períodos de reduções importantes nos direitos tarifários ofereceu oportunidades para um desenvolvimento económico ainda mais rápido aos países do sul da Europa por meio do aumento de suas exportações, especialmente de produtos agrícolas e matérias-primas.

## Fundamentos teóricos sobre cadeias de valor agrícolas

No período em estudo, três tópicos surgem, surgimento que podemos considerá-lo encadeado: a soberania alimentar; a perda da biodiversidade e relação da atividade económica com os ecossistemas e a uniformização da alimentação/sementes. Se num primeiro momento, que corresponderia, grosso modo, entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, e em que as lógicas de abastecer as populações, enformadas em lógicas protecionistas ou autárquicas, estiveram em vigor, passado o momento que exacerbava este produtivismo agrícola, as consequências de tal modelo foram sendo evidenciadas, sobretudo com a *Green Revolution*. É sobretudo a partir dos anos 80 que um esforço teórico e político tentou fazer a passagem entre a combinação entre uma produção respeitadora do ambiente e com capacidade de estar à altura das necessidades alimentares, suscitando preocupações em torno da sustentabilidade. Estas temáticas, a que frequentemente se alude no presente, têm as suas implicações nas cadeias de valor agrícolas. Como se pode compreender, estas conjunturas passaram a definir outras prioridades na internacionalização da agricultura portuguesa, criando diferentes fases das políticas públicas para esta área (Soares 2005). A articulação das questões políticas e económicas e como estes fatores contribuíram para a adição de valor é um tópico determinante.

No que concerne à base sobre a qual esta tese versa, embora não seja possível avançar com um significado completamente consensual, poderemos definir cadeia de valor agrícola como *“series of value adding processes which flow across many companies and creates products and services which are suitable to fulfil the needs of customers”* (Martin e Jagadish 2006, 1). É na inserção das atividades que colocam um produto numa linha iniciada pela produção até ao seu consumo que surge o conceito de cadeia de valor agrícola, algo que tem vindo a ser trabalhos nos estudos de desenvolvimento (Olmstead e Rhode 2008).

Todavia, para efeitos de clarificação conceptual, há que distinguir cadeia de valor de *filière* (fileira), conceito desenvolvido e trabalhado em França a partir dos anos 60, pelo Institut National de la Recherche Agronomique e Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement. Devido às suas origens, este conceito ganhou expressão no seio do mundo francófono, em oposição a

cadeia de valor, cujo impacto se fez sentir, de forma mais incisiva, quer no mundo anglo-saxónico, quer no mundo hispânico. De uma maneira geral, ambos os conceitos pouco se distanciam quando se observa as bases em que se alicerçam. É possível definir fileira como *“the linked sequence of technical, logistical, and commercial operations necessary to produce and distribute a food or agro-industrial product, from production to consumption”* (Lançon, Temple, e Biénabe 2017, 20). Denota-se um forte paralelismo com cadeia de valor agrícola e, apesar de, inicialmente, encontrarmos a sua utilização em estudos económicos sobre a atividade e política industrial, é sobretudo, a partir de meados dos anos 80, que a ideia de fileira começa a ser utilizada também efetuar análises da performance de alguns subsectores agrícolas em países em vias de desenvolvimento. Pode-se ainda acrescentar o facto de que *“o estudo de fileira permite a identificação e individualização de um conjunto bem delimitado de agentes (produtores, transformadores, distribuidores e todos os elementos que de uma forma ou outra interagem entre si) e sublinha a interdependência das suas relações”* (M. de F. M. L. de Oliveira 2000, 12).

Do nosso ponto de vista, a cadeia de valor agrícola oferece uma análise mais robusta, combinando elementos e fatores, como por exemplo, pesquisa e inovação, que, uma vez unidos têm como objetivo otimização de recursos e alcançar uma maior competitividade, sem esquecer o enquadramento social e forma de minorar assimetrias. Seguindo Timothy Sturgeon, *“various value chains often share common economic actors and are dynamic in that they are reused and reconfigured on an ongoing basis - while a network highlights the nature and extent of the inter-firm relationships”* (Sturgeon 2001, 10). Deste modo, a cadeia de valor oferece uma análise mais dinâmica do que fileira, rede de produção ou cadeia de abastecimento. Como já se percebeu, ainda a terminologia cadeia de valor agrícola seja recente, a estrutura teórica na qual se baseia é passível de encontrar similitudes com algumas atitudes económicas do período cronológico em análise. A lógica *downstream*, isto é, uma cadeia cujas economias de escala sejam iniciadas na produção até ao consumidor/cliente é algo que se exacerbou com a lógica da economia livre-cambista do século XIX.

Vários autores argumentam que a aplicação prática da cadeia de valor agrícola parte de uma tentativa de obtenção mais equitativa de rendimentos, de forma a anular

desigualdades em várias comunidades marginalizadas pela globalização, como referem os trabalhos de Raphael Kaplinsky (Kaplinsky 2000; Kaplinsky e Morris 2001; Kaplinsky 2006). Sendo este um processo cujas bases se estabelecem durante a segunda metade do século XIX e que, *“with the exception of the mineral-rich North American economies, the place of these economies in the international division of labour was determined by the export of agricultural products”* (Bairoch e Kozul-Wright 1996, 17), importa conhecer os seus percursos ao longo das décadas.

No que se refere aos impactos da globalização nas regiões periféricas e como suprimir desigualdades, as primeiras propostas em que tal ideia começa a ser definida podem ser encontradas a partir dos anos 1980, como o Berg Report do World Bank. Neste relatório, publicado em 1981 e fazendo uso do exemplo da África subsariana, era visível que, naquela área do globo, *“agricultural output is the single most important determinant of overall economic growth”* (*Accelerated development in Sub-Saharan Africa: an agenda for action* 1981, 5). Esta especialização no sector primário acarretava um conjunto de implicações socioeconómicas que era necessário reavaliar, nomeadamente a ausência de inputs de origem industrial nas práticas de cultivo e a pobreza como fenómeno eminentemente rural. Quatro tópicos foram aqui privilegiados: *“focus on smallholder production; changing incentive structures [...] expanding agricultural research; and undertaking quick-yielding activities in irrigated agriculture”* (*Accelerated development in Sub-Saharan Africa: an agenda for action* 1981, 50). Além de sistemas economicamente competitivos e ambientalmente sustentáveis, o estudo das cadeias de valor agrícolas contribui para um olhar sobre o tecido económico e social das zonas rurais.

As cadeias de valor demonstram uma certa maleabilidade face a determinados contextos, adquirindo, em alguns casos uma certa complexidade, por exemplo, quando se trata de cadeias de valor para exportação, onde a análise e perceção do comportamento dos consumidores nos mercados externos é crucial para um desempenho positivo. Mas no que se refere aos mercados locais, este quadro tem outras implicações. A promoção de cadeias de valor a nível agrícola determina uma *“maior densidade relacional, em função de novas interdependências e compromissos”* (Moreno 2017). A decisão dos produtores na integração nos mecanismos de mercado é

algo que tem de ser percecionado neste campo, numa lógica de “*no smallholder farmer left behind*” (Nelson 2020). Com algumas ressalvas e ajustamentos próprios do objeto de estudo, muito do que foi preconizado à época, a que devemos ainda acrescentar a redação do Brutland Report de 1987, continua a conduzir os estudos em torno das cadeias de valor agrícolas. Para a fundamentação teórica do conceito de cadeias de valor agrícolas, a literatura conta, primordialmente, com trabalhos de origem anglo-saxónica. A literatura sobre o tema tende a focar-se em áreas geográficas fora da esfera dos países desenvolvidos como a América Latina (Mancini 2013; Tobin, Glenna, e Devaux 2016), Ásia (Birthal et al. 2017) e África (Demont, Fiamohe, e Kinkpé 2017; Demont e Ndour 2015; Poulton e Macartney 2012). Atendendo ao facto de que estas observações se centram em regiões específicas dos países, esta premissa vai ao encontro do princípio de investigação desta tese doutoral que se foca nas principais regiões produtoras de batata (Trás-os-Montes) e laranja (Algarve).

Atendendo à análise que é realizada, isto é, numa perspetiva diacrónica, o mapeamento da cadeia de valor obedece aos estágios convencionados na literatura (produção; colheita e transporte; primeiro processamento e armazenamento; segundo processamento; distribuição; venda e consumo) e para cada uma das etapas, teremos de observar os estudos já produzidos. Mas outros elementos têm de ser escrutinados, reforçando a leitura que tencionamos realizar. É deste modo que olhando para os modos de apropriação do espaço, que se consubstanciam nas formas de estruturação da propriedade fundiária, se torna fundamental.

### **Formas de propriedade e acesso à terra**

A componente da produção prende-se, desde logo, ao acesso à propriedade tornando-se um elemento determinante na estruturação da cadeia de valor. Para tal, contam-se alguns estudos, nomeadamente, numa interpretação sociológica deste elemento. Para a análise deste tópico, primeiramente, destacar o seu polimorfismo, isto é, a articulação entre as relações fundiárias e os modos de produção, algo que a obra de Pedro Hespanha explorou de forma aprofundada (Hespanha 1994). Ainda neste âmbito referir a obra coordenada por Rosa Congost e Rui Santos (Congost e Santos 2010) e o



livro da autoria de James C. Scott (Scott 2017), no qual se aborda estas questões no passado e em que se estrutura tendências com visibilidade ainda nos dias de hoje.

A divisão dos sistemas e explorações agrícolas no território português é também algo a que vários autores já fizeram menção. Para Fernando Oliveira Baptista, dois conjuntos sobressaem, ainda que com variações regionais: “o capitalismo agrário privado e a agricultura familiar” (Baptista 1993b, 16). Se o primeiro tende a localizar-se no vale do Tejo, nas zonas de sequeiros do Alentejo e no vale do Douro, o segundo pode encontrar-se disseminada pelo restante território.

Esta permanência da agricultura familiar pode estar enquadrada num conjunto de determinantes. Como Andrietta Kritzinger e Jan Vorster apontaram “*Such persistence is often accounted for by either the failure of capital to penetrate fully agricultural production [...], the internal capacity of family production units to survive [...] or their greater efficiency*” (Kritzinger e Vorster 1997, 114). Mas existe também uma preferência ao nível das políticas, no qual se encerra uma dupla dimensão: “A estrutura do sector [agrícola], em termos de dimensão das explorações, é por isso um efeito e ao mesmo tempo uma causa da política agrícola, a qual é criada precisamente para a ‘inventar’, escolhendo-a entre outras formas possíveis de estruturas agrárias, tornando-a ‘a forma legítima de produção agrícola’ (Santos 1996, 16). A agricultura organizada familiarmente subsiste essencialmente porque, por um lado, trata-se de propriedade privada, o que confere maior liberdade ao produtor e uma maior oferta de produtos; por outro lado, fornece alimentos baratos, não exigindo de uma renda da terra como forma elementar para a continuação da produção.

Numa das regiões em estudo – Trás-os-Montes - na década de 1880, ainda era notado que ali “pouquíssimos são os grandes proprietários a quem caiba esta denominação pela extensão dos seus domínios [...] há quem possua grande porção de terras, constituída por pequenos retalhos dispersos em diversas partes e muitas vezes em localidades diferentes”, em suma, eram “grandes proprietários com pequenas propriedades”<sup>2</sup>. Mas a partir do momento que a existe uma intenção de obter maiores lucros, a unidade da exploração vai-se alterando, de forma a estar dentro de um circuito

---

<sup>2</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção-Geral de Agricultura, mç. 982, nº 10, fl. 19.

comercial mais competitivo. A diferença da agricultura reside no carácter biológico da sua produção, estando dependente das condições ambientais e como estas podem ser aproveitadas de forma menos exigente e mais lucrativa (elemento de risco). Da dependência ambiental também decorre a necessidade de solo para a agricultura.

Para o conhecimento da utilização intensiva do solo e tecnologias de produção empregues nas propriedades, existem estudos muito pertinentes nesta matéria. Para o primeiro tema, encontram-se trabalhos quer de agronomia (Carmo 2018), quer de geografia (Nunes 2004); na segunda temática, os contributos oriundos da antropologia e etnografia são importantes (Brito, Baptista, e Pereira 1996). A junção destas questões permite-nos compreender melhor questão tecnológica e acesso a inputs de origem industrial (ou não) ao longo do tempo.

É necessário ressaltar que da adaptação às condições ambientais derivam três consequências. A primeira encontra-se no facto de que o trabalho em agricultura é diferente do de outros sectores pois não é possível a sua divisão social, a cooperação e a simultaneidade de operações estão ausentes e o agricultor deve deter uma capacidade de antecipação de determinados eventos. Como alguns agrónomos demonstravam, “O agricultor só dispõe de três meios – não falando nas observações geológicas – para verificar as necessidades do seu solo e chegar a determinar o adubo que ele precisa de receber, afim de sustentar convenientemente tal ou tal cultura”<sup>3</sup>, isto é, análise da vegetação, a análise química da terra e a realização de ensaios por meio de cultura. Assim, segundo o pensamento de finais do século XIX, só com este conhecimento se molda a adaptação ao ecossistema que determina toda a estruturação da exploração agrícola.

Seguidamente, a decisão de não especialização das culturas permite aproveitar a complementaridade em termos de exigências do trabalho. Por último, de forma a garantir a realização de determinadas operações culturais, a introdução de certas tecnologias é feita em períodos de tempo muito localizadas, para o qual concorre a sazonalidade dos trabalhos agrícolas. Mas não se trata de um processo de industrialização na medida em que não descaracteriza as unidades de exploração,

---

<sup>3</sup> *Jornal Hortícola-Agrícola*, 5º ano, nº 3, março de 1897, p. 37.

existindo por vezes uma preferência pela intensificação da mão-de-obra e a convivência entre formas novas e arcaicas de tecnologia. Mas sobre a questão tecnológica em específico abordaremos mais adiante.

A propriedade da terra torna-se por isso uma fonte de poder, na medida em que condiciona a possibilidade de fazer, ou deixar fazer, agricultura; poder esse que dependerá da importância económica da agricultura e da pressão sobre a terra, resvalando em questões relacionadas com a gestão dos ecossistemas e da estrutura paisagística, embora a pertinência de tais questões só tenha encontrado o seu lugar nos discursos na segunda metade do século XX. De qualquer modo, e retomando as questões da propriedade fundiária, um exemplo disso mesmo encontra-se relacionado com a entrada dos produtores no mercado e a aquisição de vantagens competitivas. Estas vantagens podem ser obtidas, além da adoção de inovação, de que resulta um aumento da produtividade, através do aumento das áreas médias das explorações, o que só é possível, por um lado, através da disponibilidade da superfície agrícola, e por outro da sua capacidade de investimento, sendo, neste último aspeto, de realçar a importância de alguns mecanismos, como seja o do crédito agrícola.

Sobre o tema da hortofruticultura, é possível observar que estas questões foram sendo cimentadas, de forma paulatina. No quadro da agricultura portuguesa, outros sectores conheceram uma expansão mais sólida e com um lastro temporal mais largo. Como Mónica Truninger e Dulce Freire afirmaram, “a vitivinicultura era a actividade mais rentável no panorama agrícola nacional, o que não facilitava a expansão de outras culturas, como as frutas, que durante quase todo o século XX se apresentaram economicamente menos atractivas” (Truninger e Freire 2011, 79). O comportamento económico do sector das frutas e das hortícolas foi assim determinado pela predominância de outros sectores, cuja visibilidade e rentabilidade era muito maior, acantonando-o para um plano secundário. No conjunto dos produtos agrícolas que se incluem neste sector existiam alguns cuja capacidade de absorção no mercado interno e no mercado externo era mais palpável, como por exemplo, a laranja. A restante produção estava centrada numa lógica de autoconsumo por parte dos produtores e respetivos agregados familiares, além de que a importância que as frutas ocupavam nas

dietas era menor em comparação, por exemplo, com os cereais, como mais adiante veremos.

Atendendo ao espaço territorial, a ligação entre economia e meio-ambiente é muito estreita, visto que à exploração da terra está subjacente essa relação. A compartimentação dos mercados tem a sua influência, dispersando atividades, inflando a pequena produção para uma procura espacialmente circunscrita. Os recursos naturais e as condições da estrutura da propriedade rústica atribuem vantagens a algumas regiões que se destacam na produção de determinadas culturas que alcançam integrações comerciais mais amplas, contribuindo para o desenvolvimento regional.

Mas para lá da finalidade económica, a dimensão social tem ainda que estar presente. Para ir ao encontro da ligação entre as práticas do passado e a problemática do presente, na produção agrícola podem-se compreender as funções não produtivas da agricultura, nas quais se incluem a proteção da paisagem e dos ecossistemas e a manutenção do tecido socioeconómico das comunidades rurais. Neste último tópico, e convocando uma vez mais a situação da tese se reportar a períodos do passado, ainda que tal conceptualização ainda suscite alguns debates, será importar olhar a estas questões sob o prisma de *traditional ecological knowledge*. Para Fikret Berkes, o que se trataria neste conceito seria “a cumulative body of knowledge, practice, and belief, evolving by adaptive processes and handed down through generations by cultural transmission, about the relationship of living beings (including humans) with one another and with their environment” (Berkes 1999, 8). Este processo consuetudinário de conhecimentos conducente a um tipo de interceção humana com o ecossistema será um ponto a retomar ao longo da investigação, rastreando as bases do que se poderia considerar uma “protosustentabilidade”, algo já evidenciado por outros autores (Ellen 1982), e como é que o desenvolvimento económico o influenciou.

### **Agro-negócio e competitividade no desenvolvimento económico regional**

Desde o século XIX que as condições do mercado criaram uma especialização económica e produtos que, de forma progressiva, foram sendo cada vez mais consumidos em países industrializados, como o Reino Unido. Nesses mercados externos,

os comerciantes e vendedores dependem de produtos de alta qualidade para satisfazer as demandas e os comportamentos dos consumidores. As grandes linhas de evolução da agricultura foram determinadas, não apenas, mas também por fatores externos de teor económico, influenciando a estrutura socioeconómica do mundo rural. Este conjunto de forças intercede em diferentes níveis, como no consumo alimentar, que mais à frente teremos oportunidade de analisar detalhadamente, mas também na produção de matérias-primas produzidas pela agricultura, moldando ainda os sectores secundário e terciário que têm os agricultores como clientes ou os que os têm como fornecedores. Partindo desta premissa, podemos perguntar o seguinte: as cadeias de valor agrícolas capturaram de forma adequada bens produzidos em algumas regiões portuguesas e comercializados internacionalmente ou não?

Se há expressão definidora desta problemática essa será competitividade. Tal assunto terá de ter em conta as múltiplas abordagens que a teoria económica foi desenvolvendo ao longo do tempo, desde as vantagens absolutas de Adam Smith, passando pelas vantagens comparativas de David Ricardo ou ainda no modelo de Heckscher e Ohlin da intensidade relativa dos fatores. No campo da agricultura portuguesa dos nossos dias, a competitividade e condições de rentabilidade foi alvo de alguns estudos como para a maçã (Costa 2006) e para o tomate (M. de F. M. L. de Oliveira 1995), este último com foco na transformação industrial.

A nossa análise partirá de uma tentativa da aplicação do conceito de ‘vantagem competitiva das nações’ e do “modelo de diamante” de Potter, às regiões portuguesas onde se cultivavam batatas e laranjas, de forma a perceber se as mesmas questões, usadas para compreender o comércio global, poderão ser colocadas ao nível regional, algo que já foi brevemente explorado em determinados estudos (J. C. Lopes e Branco 2013). Olhando através da perspetiva local, convém definir o que é território. Seguindo a proposta de António Ferreira, território corresponde “à entidade suporte, de integração e síntese, de toda a atividade humana” (Ferreira 2007, 31). Em seguida, podemos definir seis fatores capazes de influenciar o processo produtivo, de uma forma geral: acaso; estratégia, estrutura e rivalidade da empresa; condições de demanda; condições de fator; relacionadas e apoiando indústrias e governo. Desse ponto de vista,

esses fatores produzem seus efeitos sobre a economia da mudança estrutural na agricultura e, especificamente, nas cadeias de valor agrícolas.

Por sua vez, há cinco elementos que são fulcrais para tornar exequível a competitividade: recursos humanos; físicos; científicos e tecnológicos; de capital e infraestruturas. A partir do momento em que estes elementos se começam a conjugar, de forma mais visível, o sector hortofrutícola passou de um carácter residual na formalização da economia de mercado para um elemento importante no desempenho do comércio externo. Este é um processo que, paulatinamente, começa com a alocação mais eficiente das especificidades regionais, no reequacionamento do uso das condições agroecológicas do território. A dispersão geográfica da produção que muitas vezes exige o surgimento de uma rede de comunicação suficientemente sólida para proceder à comercialização da produção, com o primeiro troço de caminho-de-ferro inaugurado em 1856. Todas estas características estão subjacentes à ideia de construção do mercado interno que só se materializa pelas condições sociais, políticas e económicas conseguidas pela acalmia trazida pela Regeneração.

Hoje em dia, para a competitividade contribui também a noção de multifuncionalidade (Reig Martínez 2007) (*non-trade concerns*). Mas esta opõe-se ao que ao longo de várias décadas dos séculos XIX e XX se poderia caracterizar como monofuncionalidade, em que a conversão dos sistemas de ocupação e uso dos solos agrícolas e florestais apontava num único sentido que, atendendo à cenário macroeconómico dominante durante décadas, seria o da maximização e rentabilização do ponto de vista dos rendimentos económicos.

As mudanças suscitadas pela integração da produção nacional nos circuitos comerciais externos foram potenciadas por uma maior correlação entre práticas mercantis e a exploração do sector primário. A isto também está ligada uma crescente competitividade internacional entre vários países agrícolas. Portugal teve de concorrer não apenas com a Europa (Itália ou Espanha) mas também com outros pontos do mundo (EUA, Austrália ou África do Sul) (Friedmann e McMichael 1989). Aqui se vislumbra o surgimento de um modelo comercial de agronegócio. De acordo com o discurso das autoridades da época, “A fructaria, que tem dado magníficos resultados economicos em alguns paizes do Centro e Norte da Europa, são uma instituição absolutamente nova

entre nós”<sup>4</sup>, urgindo minorar o fosso entre o desenvolvimento frutícola de outras nações e o português.

A versão teórica do sistema do agronegócio surgiu nos EUA. Desenvolvido a partir de um primeiro curso de gestão para a agricultura em Harvard, em 1952, o primeiro conceito de agronegócios (*agribusiness*) foi construído por J.H. Davis e Ray Goldberg, de Harvard, em 1957. Segundo estes autores, “*agribusiness means the sum total of all operations involved in the manufacture and distribution of farm supplies; production operations on the farm; and the storage, processing and distribution of farm commodities and items made from them*” (Davis e Goldberg 1957, 2). Esta primeira abordagem foi, mais tarde, em 1968, ampliada por Goldberg (Goldberg 1968), conceito esse para dar o formato hoje conhecido e vivamente presente no setor agroalimentar global. Esta definição pretendeu criar uma moldura analítica, percecionando o sector primário como fornecedor de matérias-primas para, por exemplo, as indústrias, tentando compreender os fluxos e as componentes envolvidas no processo.

Apesar de nos seus primeiros passos, esta visão encontrar similitudes com os já referidos conceitos de fileira e cadeia de valor, nos nossos dias, agronegócio é utilizado para definir e agregar as empresas que investem na produção e distribuição agroalimentar, como seja o caso das cadeias de retalho. Deste modo, a sua utilização na nossa investigação parte do propósito de conjugar os agentes envolvidos em apenas um dos elos da cadeia de valor agrícola, que se prende com a componente da transformação.

### **Os fatores tecnológicos e de inovação**

Um dos elementos transformadores da realidade económica parte da transferência de tecnologia e do acesso a inputs que é uma das implicações das cadeias de valor agrícolas, relacionando-se, uma vez mais com as questões da competitividade. Do ponto de vista histórico, é um elo muito importante para analisar o crescimento económico. A sua importância também se baseia na capacidade de mostrar o carácter

---

<sup>4</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção-Geral de Agricultura, mç. 886, nº 124, fl. 6.

múltiplo dos contextos de inovação e sua relação com os recursos naturais. Tendo como intenção, criar uma definição o mais clara possível de progresso tecnológico, uma parte crucial na nossa tese, a ideia de “fricções técnicas” (Mathias 1991) que expressam os freios à inovação ou as respostas para mais inovação e a cadeia reações associadas. Com isso, queremos demonstrar os impactos das novas tecnologias na renda dos pequenos produtores e a interação entre a mudança tecnológica e as cadeias de valor. Outros aspetos são a evolução da refrigeração, o significado de frescura e a disponibilidade de certos produtos perecíveis como frutas e vegetais nos mercados externos, explorados noutros estudos para outros contextos sociais (Freidberg 2009, 122–97).

Outras definições são demonstrativas de como existe uma necessidade de traduzir uma série de transformações da atividade do setor primário cujas raízes se encontram, precisamente, a partir de meados do século XIX. Um deles é conceito de “sem-fim tecnológico”. Criado por Cochrane para ilustrar a evolução da agricultura dos EUA, este pretende traduzir a “dinâmica evolutiva que se encontra em contextos de mercado onde se verifique o aumento da oferta agregada perante situações de procura inelástica, situação típica da procura de bens agrícolas nos países industrializados” (Moreira 2001, 78). Todavia, seria salutar conferir uma outra dimensão, ligada às próprias decisões que se encontram no seio dos produtores. Se retomarmos à teoria schumpeteriana segundo a qual o empresário é o principal dinamizador da economia, estando esta a sua capacidade assente em dois pilares: o processo de inovação e a concorrência resultante onde competição e cooperação interagem num sentido convergente para obter uma atividade económica mais eficiente. Estaremos diante da mesma situação em contextos rurais e agrícolas? Vejamos mais detalhadamente a questão da inovação.

De facto e independentemente do conceito em uso, é notório que, dentro deste quadro de relações, a inovação torna-se como um mecanismo potenciador do desenvolvimento, sendo entendida através de fatores locativos, isto é, das especificidades socioeconómicas das regiões, estando ainda dependente quer das vantagens comparativas estáticas (ex.: recursos naturais), quer das vantagens comparativas dinâmicas (ex.: mão-de-obra) que, em última instância, permitem a fixação de estruturas de mercado nas localidades. A inovação envolve três elementos: “ligação, investimento e aprendizagem” (Mytelka 2000), devidamente inseridos no



modelo de governo e de governança existentes. A adoção de inovações tecnológicas que aumentam a produção e reduzem os custos, conduz, inevitavelmente, à quebra de preços. Desencadeia-se, portanto, um processo que impele uma dinâmica de procura de cortes de custos, reduzindo-se desta maneira o leque das opções tecnológicas e institucionais. O investimento em inovação consegue alcançar melhores níveis de produtividade, adquirindo vantagens em relação aos concorrentes.

Um exemplo que surge na documentação refere-se à batata. Se um hectare de terra irrigável cultivado de batata e em condições médias de produção oferecia “um lucro do foreiro 13,5% do capital empregado”, já um hectare de terra não irrigável ou de sequeiro, cultivado de batata em condições médias de produção dava “um lucro de favorecimento 10% do capital empregado”<sup>5</sup>. Estes cálculos, efetuados pelo agrónomo distrital de Bragança em 1887, demonstram como a racionalidade económica e a procura do lucro já começava a estar no centro das discussões técnicas da agricultura oitocentista.

### **Mercados e consumo alimentar**

Ao nível do consumo, hodiernamente, assiste-se a uma complexificação da importância das práticas alimentares, não se escudando apenas no abastecimento das comunidades. Entre os fatores que influenciam a capacidade competitividade dos sectores agrícolas e que moldam o mercado contam-se a composição, tamanho e taxas de crescimento da procura interna e a internacionalização da procura. A subversão das temporalidades ambientais para fazer face às demandas do consumo que, por sua vez, foram impulsionadas pelo aumento demográfico, adquire, hoje em dia, uma pertinência significativa na definição de políticas públicas que envolvam a tríade economia/sociedade/ambiente.

A consciencialização dos impactos advindos da massificação da produção, exacerbada com a *Green Revolution*, confere dimensões socio-ecológicas à alimentação. A produção de alimentos terá de ser desenvolvida em termos de sustentabilidade,

---

<sup>5</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção-Geral de Agricultura, mç. 982, nº 10, fl. 45v-46.

desafio no qual se encontra a inclusão de pequenos produtores, a diminuição de custos ambientais, o acesso pela população subnutrida aos alimentos ou o equilíbrio nutricional (Hite 2018). As cadeias de abastecimento alimentar sofreram também algumas alterações recentes nas suas práticas, ficando sustentadas através de “policies that can use knowledge and the enhancement of local resources (both tangible and intangible) and the implementation of a local network of actors” (Borrelli e Mela 2018, 5). Do ponto de vista tecnológico, a alteração do modelo de exploração agrícola também terá de visar a sustentabilidade, conseguindo uma transição através de duas perspectivas: uma baseada no aumento da eficiência na utilização dos inputs de origem industrial ou utilização de processos ecológicos substitutivos.

A necessidade de assumir este tipo de compromissos, a par das preocupações crescentes com o fornecimento sustentável de alimentos, nomeadamente, com aspetos ambientais, sociais, de bem-estar animal, comércio justo e outros relacionados com um fornecimento ético de alimentos. Ainda sobre a venda e consumo alimentar em Portugal, alguns trabalhos se contam, quer em perspetiva histórica (Amaral 1999; Freire 2011; Pires 2018b), sociológica (Truninger 2010; 2020) e geográfica (Teixeira 1996).

Estas questões encontram a sua complexificação com o passar do tempo pois, se atendermos aos primeiros anos da cronologia analisada na nossa tese, o regime alimentar português ia “assentando nos cereais, na carne e no vinho” (Braga 2000, 19), consequência de uma economia de índole agrícola. O sector hortofrutícola tinha um lugar relevante ao nível dos consumos mas, quando posto em comparação com outros produtos, eram os cereais que ocupavam a esmagadora maioria dos hábitos alimentares. A questão do pão, como por vezes aparece designado, constitua o pilar fundamental ao nível da política agrária. Aqui se apresentam paralelismos com o restante Mediterrâneo, devido à “mayor similitud del clima y tipos de cosechas y alimentos” (Simpson 1989, 389). A sociedade portuguesa mostrou uma escassa elasticidade do consumo de bens alimentares, situação originada pela crónica «questão das subsistências», onde a produção agrícola se revelava insuficiente para o consumo nacional. Estas dificuldades levam a que alguns autores as considerarem limitativas ao crescimento do mercado interno, desembocando no fenómeno de uma urbanização sem industrialização.

No caso do sector fruto-hortícola, o seu consumo revela-se pouco difundido nas camadas sociais mais baixas das comunidades urbanas. O consumo alimentar das classes operárias era, do ponto de vista nutricional e da sua diversificação, bastante pobre, denotando-se uma quase total ausência de frutas e onde o legume mais consumido era a batata. A mesma autora questiona se “a fruta seria reservada aos ricos?” (Pereira 1979, 96). De facto, a burguesia oitocentista já se revelava mais propensa a incluir frutas e vegetais na sua alimentação, como ancilares da carne e do peixe, bem como através de conservas ou compotas. Já no mundo rural, o quadro de carência mantinha-se no campesinato. Como sintetiza Basílio Teles, batatas, legumes, leite, ovos, carne e bacalhau, “são quasi exclusivamente consumidos pela pequena e média burguesia proprietária, devendo pois pesar mais que noutros tempos nos orçamentos das famílias de classes” (Teles 1903, 18–19).

Os mercados externos apareciam como a solução mais viável para a perseguição e o sucesso de determinadas unidades de exploração agrícola. Como era lamentado em 1897, “Portugal podia ser um imenso pomar que fornecesse frutas de primeira ordem a toda a Europa; mas infelizmente, as que se cultivam nem sequer chegam aos mercados consumidores do país”<sup>6</sup>. A dependência face à agricultura acentuava a existência de uma grande população rural e, conseqüentemente, uma sociedade onde se verificava uma pouca diversidade nos alimentos, situação que apenas se alterava, no que concerne às elites coevas. Assim, o consumo de pão, batatas e legumes é característico de sociedades pré-industriais, o que demonstra que a vitalidade do comércio fruto-hortícola dependia, necessariamente, da exportação, sobretudo para os países industrializados da Europa do Norte, onde a transição económica levou a alterações no consumo, nomeadamente, à introdução de produtos lácteos, frutas e hortícolas.

Os mecanismos usados para dar respostas às determinações do mercado, interno e externo, muito motivadas pela alimentação da população, é a forma de compreender como as cadeias de valor foram exequíveis em diversos momentos da política económica e institucional e quais os seus reflexos nos níveis presentes numa cadeia deste tipo.

---

<sup>6</sup> *Jornal Hortícola-Agrícola*, 5º ano, nº 10, outubro de 1897, p. 149.

## As culturas agrícolas em estudo: reflexões preliminares

Sendo ainda um trabalho em progresso, as considerações aqui apresentadas revelam-se ainda provisórias, estando alicerçadas na pesquisa documental efetuada até agora, o que reforça o carácter preliminar de algumas ideias.

### *A batata*

Ainda que nos dias de hoje, a batata (*Solanum tuberosum* L.) seja algo consumido com frequência, não obstante as tendências atuais demonstraram algum decréscimo, o seu percurso foi moroso no que se refere ao cultivo e ao seu papel na alimentação dos portugueses. Enquadrada no que Alfred Crosby definiu como *Columbian Exchange*, a batata é proveniente da América, tendo sido introduzida no contexto da construção imperial ultramarina dos reinos ibéricos. Como realça Fernand Braudel, “A sua difusão no Velho Mundo em nada se parece com a do milho. É lenta como esta, ou mais lenta ainda, e não é universal [...] a nova planta atravessou a Península Ibérica sem consequências imediatas” (Braudel 1992, 1:139). A evidência documental corrobora esta afirmação. Apesar de conhecida desde o período da expansão oceânica, a sua introdução revelou-se sincopada e dispersa. Não obstante algumas exceções, como no caso da região de Coimbra onde se verificou a tributação desta cultura em 1643 (Neto 1994) ou a sua menção para Trás-os-Montes por Francisco Fonseca Henriques na década de 1720 (A. I. Lopes e Tavares 2020), é nos finais do século XVIII que esta aparece de forma mais presente no quadro agrícola de várias regiões, como o Algarve (Magalhães 1985) ou Beira Alta (J. N. de Oliveira 2002), acompanhado a tendência europeia<sup>7</sup>. Ainda assim, era notório que “la culture des pommes de terre, qui réussissent très-bien en Portugal, n’y est pas assez répandue” (Balbi 1822, 2:151).

---

<sup>7</sup> Os países da Europa do Norte são sintomáticos desta tendência. França, Irlanda e Inglaterra acusam uma presença mais palpável do cultivo e consumo de batata entre o século XVIII e o limiar do século XIX. Segundo João Félix Pereira, em França, só “as fomes de 1770, 1778, 1816 e 1817, que fizeram reconhecer as virtudes d’este pão subterraneo, tel-o por dadiva do novo mundo” (Lapa e Pereira 1871, 46).

Dessa mesma questão dão conta as *Memórias Paroquiais* de 1758, nas quais a presença do tubérculo é tímida<sup>8</sup>. O mesmo ocorre nas variadas corografias redigidas entre o final do Antigo Regime e a implantação do liberalismo. Em *Geografia Moderna de Portugal e Hespanha*, de José António da Silva Rego (1816) e em *Compendio de Geografia-Historica Antiga e Moderna*, de J.P. Cardoso Casado Geraldès (1826), quando se descreve a produção agrícola nacional, nenhuma referência se encontra à batata. Só com a publicação de *Taboa Geografico-Estatistica Lusitana*, de Frei Francisco Prazeres do Maranhão (1839) é que é mencionada esta cultura para Trás-os-Montes e Beira Alta (Maranhão 1839, 12–14).

Ainda assim, num relatório do governador civil de Bragança, datado de 1857, era referido que eram “limitadíssimas, entre outras, as colheitas, aliás de suma importância, de batata e castanha” (*Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos distritos administrativos do continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1858 1859*, 2). Todavia, no final da centúria, já era notado que, na 2ª região agronómica, correspondente aos concelhos brigantinos, o plantio da batata era feito “em terras fundas, de aluvião, regadas e agricultadas anualmente”<sup>9</sup>, sendo que esta cultura da estava “largamente desenvolvida nesta região e tende a augmentar por diversas razões”. Também era referido que “nas condições actuaes torna-se ella um elemento indispensável para a alimentação da população que não pode ter os recursos de subsistência de que carece nos productos de outros ramos da indústria agrícola e cuja exploração se vê fatalmente condenada”<sup>10</sup>.

Ao nível da alimentação, vários textos apontavam para a importância da batata nas dietas, inscrevendo o seu consumo num quadro mais vasto de desenvolvimento socioeconómico. Tomando como exemplo Inglaterra, declarava-se, em 1802, que “este Nação abunda tanto deste último, visto ter hum tão grande suplemento, e apoio como a Batata, em que a grande Maça do Povo se sustenta” (*Compendio de agricultura:*

---

<sup>8</sup> Para as regiões em estudo, no que às culturas agrícolas diz respeito, existe uma importância dos cereais (trigo e centeio), vinha, oliveira, árvores de fruto e leguminosas. Em Bragança, apenas na região conhecida por *Terra Quente* e especificamente em Carrazeda de Ansiães, se encontra referências à batata.

<sup>9</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção-Geral de Agricultura, mç. 915, nº 7, fl. 2.

<sup>10</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção-Geral de Agricultura, mç. 982, nº 10, fl. 2v.

*resumido de varias memorias e cartas ofrecidas à Sociedade de Bath 1801, IV:4*). Ainda que olhando para o exterior esta encontra-se largamente difundida nos países do Norte, em Portugal, no final do mesmo século, a batata parecia já estar disseminada, embora continuasse a ter como utilidade a forragem do gado em alguns pontos do território.

### *A laranja*

No território português, antes da laranja doce, já existia a laranja amarga (*Citrus aurantium* L.), trazida pelos árabes. A sua introdução em Portugal é situada em meados do século XVII, embora sem que existia uma data completamente precisa (Ferrão 1978). De qualquer modo, foi nos Açores que se converteu numa das principais bases da economia regional, contribuindo grandemente para as exportações agrícolas. Porém, algumas alterações foram sendo observadas.

Esta era “uma cultura em expansão no Sul do país desde meados do século XIX, estimulada pelo mercado inglês” (Fonseca 1996, 125), substituindo uma dinâmica que antes tinha tido lugar no arquipélago dos Açores, até meados de 1850. A importância da economia insular da laranja declinou fortemente após a destruição provocada pela lapa da laranjeira (*Coccus hesperidum* L.), incitando à reconversão cultural, existindo nos Açores uma maior preponderância do tabaco ou do ananás. Deste modo, outras regiões apresentaram uma cada vez maior disponibilidade na expansão da citricultura no conjunto da sua atividade agrícola. As exportações feitas através do comércio fluvial demonstram isso, como se vê no quadro 1.

**Quadro 1. Movimento de navegação do Tejo (2º semestre de 1853)**

Função	Qualidade da carga	Portos		
		Barquinha	Constância	Abrantes
Importação	Frutas	15,3	26,0	*
	Laranja	1,8	*	*
	Melancia	*	60,8	*
Exportação	Frutas	7,0	40,0	*
	Laranja	252,2	38,3	163,0
	Melancia	85,0	*	42,0

**Fonte:** *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, ano II, nº 2, fevereiro de 1854, pp. 138.

De acordo com Manuel Lopes de Almeida, em 1882, as laranjas “eram fonte da riqueza de muitos proprietários, e um dos géneros mais importantes do comércio de muitas regiões, entre nós, principalmente Setúbal, Vila Real de Santo António e mais algumas cidades do Algarve [...]” (Almeida 1882, 102). As condições climáticas dos concelhos do sul de Portugal ajudam a esclarecer a sua progressão nos campos alentejanos e algarvios, que é evidente e confirmada noutras fontes. De acordo com um inquérito agrícola de 1910, no norte do Alentejo, existiam em Portalegre<sup>11</sup>, Campo Maior, cuja produção concelhia era para exportação<sup>12</sup>, Elvas<sup>13</sup>, entre outros. Já no Algarve, os laranjais estendiam-se a Faro, Portimão, Alcoutim, Monchique, Olhão e Tavira<sup>14</sup>, verificando-se ainda, que não região algarvia, outros frutos eram alvo de

<sup>11</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção-Geral de Agricultura, mç. 983, nº 153, fl. 1.

<sup>12</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção-Geral de Agricultura, mç. 983, nº 157, fl. 1.

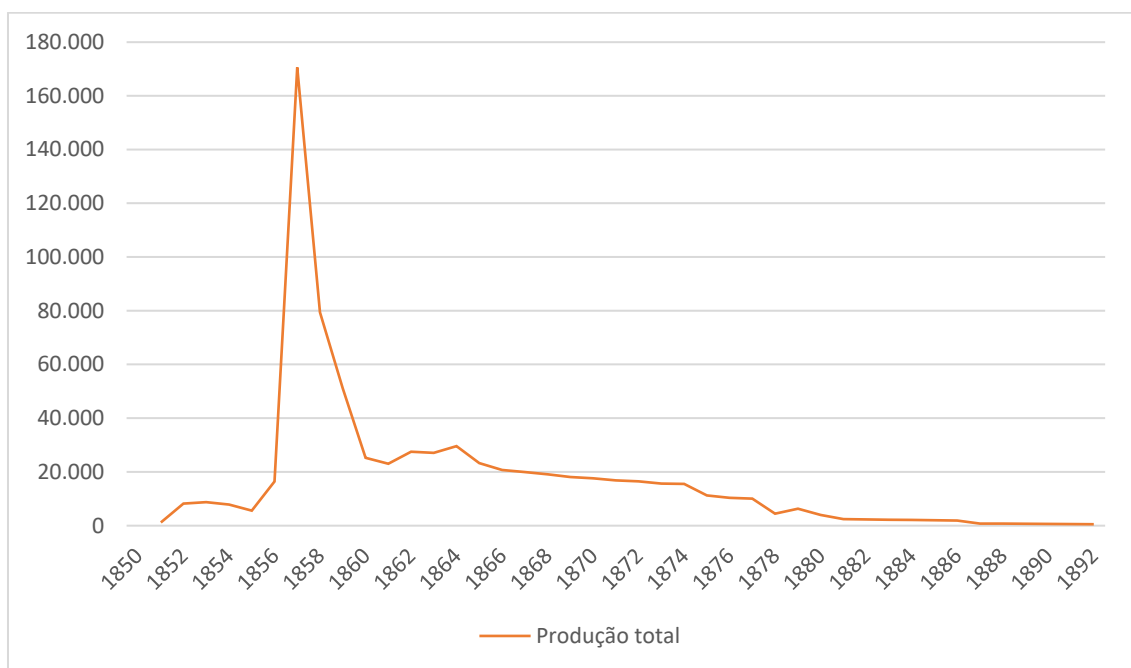
<sup>13</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção-Geral de Agricultura, mç. 983, nº 161, fl. 1.

<sup>14</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção-Geral de Agricultura, mç. 983, nº 1, 2, 6, 12, 13 e 15.

atenção comercial como os ananases de Lagoa que “são exportados para Londres e Alemanha”<sup>15</sup>.

As condições agroecológicas desta zona eram referidas pelos agrónomos como particularmente propícias à atividade agrícolas pois “dentro dos seus limites naturais bem vincados orograficamente, constitui esta região um quadro mais interessante para especiais labores da agronomia”<sup>16</sup>. Também era notado que “as situações abrigadas, os terrenos fundos, soltos e substanciais, e exposição meridional, são as condições principais para esta cultura”, além de que “algumas regiões não naturalmente abrigadas, podem artificialmente tornarem-se adequadas por meio de muros, arvoredos, etc.” (Vilarinho de São Romão 1889, 385).

**Gráfico 1. Produção de laranja em Portugal continental (1850-1892)**



Fonte: <http://ruralportugal.ics.ul.pt/> (Unidade: 1 milheiro (= 166 kg)).

<sup>15</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção-Geral de Agricultura, mç. 983, nº 4, fl. 1.

<sup>16</sup> *Agros: boletim da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Agronomia*, 1º ano, nº 2/3, fevereiro/março de 1917, p. 33.



Porém, “Os laranjais, outrora florescentíssimos, e que constituíram uma das boas riquezas do Algarve, vêm decaindo há 30 anos para cá sendo a produção limitadíssima” (Fortes 1915, 5), decadência essa que pode ser confirmada, para o resto do país, no Gráfico 1. Quais os fatores que explicam essa queda e quais os motivos para, progressivamente, o Algarve se tenha convertido no maior produtor de laranja em Portugal? Maria Carlos Radich refere que “é possível que a cultura se tivesse mantido estimulante no seguimento, mesmo quando em confronto com outras, o que ajudaria a explicar a teimosia que mostrava em reaparecer (Radich 2007, 59). Porém, para a nossa investigação, a resposta a tal questão ainda se encontra em construção.

## **Fontes e bibliografia**

### **Fontes manuscritas**

*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*

Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção-Geral de Agricultura, maços 886, 915, 982, 983.

### **Fontes impressas periódicas**

*Agros: boletim da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Agronomia.*

*Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria.*

*Jornal Horticolo-Agrícola.*

### **Referências bibliográficas**

*Accelerated development in Sub-Saharan Africa: an agenda for action.* 1981. Washington: The World Bank.

Almeida, Manuel Lopes de. 1882. «A laranjeira doce e sua cultura». Memória, Lisboa: Instituto Geral de Agricultura.

- Amaral, Luciano. 1993. «O país dos caminhos que se bifurcam: política agrária e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo, 1930-1954». Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- . 1996. «Política e economia: o Estado Novo, os latifundiários alentejanos e os antecedentes da EPAC». *Análise Social* 31 (136–137): 465–86.
- . 1999. «Alimentação». Em *Dicionário de História de Portugal (1926-1974)*, editado por António Barreto e Maria Filomena Mónica, 7:87–88. Porto: Figueirinhas.
- Bairoch, Paul. 1989. «Les trois révolutions agricoles du monde développé: rendements et productivité de 1800 a 1985». *Annales. Histoire, Sciences Sociales* 44 (2): 317–53.
- Bairoch, Paul, e Richard Kozul-Wright. 1996. «Globalization Myths: Some Historical Reflections On Integration, Industrialization And Growth In The World Economy». 113. *UNCTAD Discussion Papers*. UNCTAD Discussion Papers. United Nations Conference on Trade and Development. <https://ideas.repec.org/p/unc/disppap/113.html>.
- Balbi, Adrien. 1822. *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe, et suivi d'un coup'oeil sur l'État actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hémishères*. Vol. 2. 2 vols. Paris: chez Reyck Gravier, libraires.
- Baptista, Fernando Oliveira. 1993a. *A política agrária do Estado Novo*. Textos 22. Porto: Afrontamento.
- . 1993b. *Agricultura, espaço e sociedade rural*. Temas 11. Coimbra: Fora do Texto.
- Barros, José d'Assunção. 2017. «Os conceitos na história: considerações sobre o anacronismo». *Ler História*, n. 71: 155–80. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2930>.
- Berkes, Fikret. 1999. *Sacred Ecology: Traditional Ecological Knowledge and Resource Management*. Taylor & Francis.
- Birthal, Pratap S., Ramesh Chand, P.K. Joshi, Raka Saxena, Pallavi Rajkhowa, Md. Tajuddin Khan, Mohd. Arshad Khan, e Khyali R. Chaudhary. 2017. «Formal versus Informal: Efficiency, Inclusiveness and Financing of Dairy Value Chains in Indian Punjab». *Journal of Rural Studies* 54 (Agosto): 288–303. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2017.06.009>.
- Borrelli, Nunzia, e Alfredo Mela. 2018. «Food, City and Territory: Some Reflections from a Socio-Spatial Point of View». *City, Territory and Architecture* 5 (1): 7. <https://doi.org/10.1186/s40410-018-0083-7>.
- Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond. 2000. *Portugal à mesa: alimentação, etiqueta e sociabilidade 1800-1850*. 1a ed. Lisboa: Hugin.
- Branco, Amélia. 2005. «O impacto das florestas no crescimento económico moderno durante o Estado Novo (1930-1974)». Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Braudel, Fernand. 1992. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. Vol. 1. 3 vols. Teorema. Lisboa: Teorema.
- Brito, Joaquim Pais de, Fernando Oliveira Baptista, e Benjamim Pereira, eds. 1996. *O voo do arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia.

Carmo, Miguel Costa do. 2018. «Solo e agricultura no século XX português: um problema ambiental, histórico e epistemológico». Tese de Doutoramento em Engenharia Agronómica, Lisboa: Universidade de Lisboa.

*Compendio de agricultura: resumido de varias memorias e cartas offerecidas à Sociedade de Bath*. 1801. Vol. IV. 5 vols. Lisboa: Typographia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego.

Congost, Rosa, e Rui Santos, eds. 2010. *Contexts of Property in Europe: The Social Embeddedness of Property Rights in Land in Historical Perspective*. Vol. 5. Rural History in Europe. Turnhout: Brepols Publishers. <https://doi.org/10.1484/M.RURHE-EB.5.106188>.

Costa, Carlos Jorge Fonseca da. 2006. «Contributo para a análise da competitividade da fileira da maçã no Douro». Vila Real: s.n.

Davis, John Herbert, e Ray Goldberg. 1957. *A concept of agribusiness*. Boston: Harvard University. <http://hdl.handle.net/2027/uc1.32106006105123>.

Demont, Matty, Rose Fiamohe, e A. Thierry Kinkpé. 2017. «Comparative Advantage in Demand and the Development of Rice Value Chains in West Africa». *World Development* 96 (Agosto): 578–90. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2017.04.004>.

Demont, Matty, e Maimouna Ndour. 2015. «Upgrading Rice Value Chains: Experimental Evidence from 11 African Markets». *Global Food Security* 5 (Junho): 70–76. <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2014.10.001>.

Ellen, Roy. 1982. *Environment, Subsistence and System: The Ecology of Small-Scale Social Formations*. Cambridge University Press.

Ferrão, José E. Mendes. 1978. *Acerca da introdução da laranjeira doce em Portugal: o manuscrito de M. José da Silva Thadim*. Lisboa: s.n.

Ferreira, António. 2007. *Gestão estratégica de cidades e regiões*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Fonseca, Helder Adegar. 1996. *O Alentejo no século XIX: economia e atitudes económicas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Fortes, Mário Pais da Cunha. 1915. *Primicias agrícolas e plantas subtropicais no Algarve: these apresentada ao Congresso*. [S.l.: s.n.].

Freidberg, Susanne. 2009. *Fresh: A Perishable History*. Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard Univ. Press.

Freire, Dulce. 2010. *Produzir e beber: a questão do vinho no Estado Novo (1929-1939)*. 1a ed. Estudos e documentos. Lisboa: Âncora.

———. 2011. «Produzir mais e melhor: Estado, agricultura y consumo alimentario en Portugal (1926-1974)». *Ayer* 83 (3): 101–26.

Freire, Dulce, e Pedro Lains, eds. 2017. *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000: Economic Development on the European Frontier*. BRILL. <https://doi.org/10.1163/9789004311527>.

Freire, Dulce, e Mónica Truninger. 2012. «Nouveaux terroirs et construction de la poire pêra rocha do Oeste (Portugal)». *Pour* 215–216 (3): 139. <https://doi.org/10.3917/pour.215.0139>.

Friedmann, Harriet, e Philip McMichael. 1989. «Agriculture and the State System: The Rise and Decline of National Agricultures, 1870 to the Present». *Sociologia Ruralis* 29 (2): 93–117. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.1989.tb00360.x>.

García Pereda, Ignacio. 2009. *Junta nacional da cortiça: 1936-1972*. Lisboa: Euronatura.

———. 2018a. «Experts florestais: os primeiros silvicultores em Portugal». Tese de doutoramento em História e Filosofia da Ciência, Évora: Universidade de Évora.

———. 2018b. *Mais e melhor fruta: uma fotobiografia de Joaquim Vieira Natividade*. Lisboa: Euronatura.

Goldberg, Ray Allan. 1968. *Agribusiness Coordination: A Systems Approach to the Wheat, Soybean, and Florida Orange Economics*. Division of Research, Harvard University.

Hespanha, Pedro. 1994. *Com os pés na terra: práticas fundiárias da população rural portuguesa*. Saber imaginar o social 6. Porto: Afrontamento.

Hite, Adele H. 2018. «Nutritional Epidemiology of Chronic Disease and Defining “Healthy Diet”». *Global Food History* 4 (2): 207–25. <https://doi.org/10.1080/20549547.2018.1498256>.

Kaplinsky, R. 2000. «Globalisation and Unequalisation: What Can Be Learned from Value Chain Analysis?» *Journal of Development Studies* 37 (2): 117–46. <https://doi.org/10.1080/713600071>.

Kaplinsky, Raphael. 2006. «How can agricultural commodity producers appropriate a greater share of value chain incomes?» Em *Agricultural Commodity Markets and Trade: New Approaches to Analysing Market Structure and Instability*, editado por Alexander Sarris e David Hallam, 356–79. Cheltenham: Edward Elgarth/FAO.

Kaplinsky, Raphael, e Mike Morris. 2001. *A handbook for value chain research*. Ottawa: IDRC.

Kritzinger, Andrietta, e Jan Vorster. 1997. «The Conceptualization of Farm Family Business: Deciduous Fruit Farming in South Africa». *Sociologia Ruralis* 37 (1): 114–33. <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00039>.

Lançon, Frédéric, Ludovic Temple, e Estelle Biénabe. 2017. «The Concept of Filière or Value Chain: An Analytical Framework for Development Policies and Strategies». Em *Sustainable Development and Tropical Agri-Chains*, editado por Estelle Biénabe, Alain Rival, e Denis Loeillet, 17–28. Dordrecht: Springer Netherlands. [https://doi.org/10.1007/978-94-024-1016-7\\_2](https://doi.org/10.1007/978-94-024-1016-7_2).

Lapa, João Inácio Ferreira, e João Félix Pereira. 1871. *Miscellanea rural*. Lisboa: Typ. Rua da Vinha.

Lopes, Ana Isabel, e Pedro Mota Tavares. 2020. «Cultivo e consumo da batata em Trás-os-Montes: impactos socioeconómicos nos séculos XVIII-XIX». *População e Sociedade*, n. 33: 65–78.

Lopes, João Carlos, e Amélia Branco. 2013. «The Clustering of Cork Firms in Santa Maria da Feira: Why History Matters». *International Journal of Latest Trends in Finance & Economics Sciences* 3 (1): 354–64.

Magalhães, Joaquim Romero. 1985. «Alguns aspectos da produção agrícola no Algarve: fins do século XVIII princípios do séc. XIX». *Revista Portuguesa de História*, n. 21: 1–29.

- Mancini, Maria Cecilia. 2013. «Geographical Indications in Latin America Value Chains: A “Branding from below” Strategy or a Mechanism Excluding the Poorest?» *Journal of Rural Studies* 32 (Outubro): 295–306. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2013.07.008>.
- Mandalios, John. 2002. «Sociologia histórica». Em *Teoria Social*, editado por Bryan S. Turner, 282–308. Lisboa: Difel.
- Maranhão, Francisco dos Prazeres. 1839. *Taboa geografico-estatistica luzitana ou dicionario abreviado de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal*. Porto: Typ. Commercial Portuense.
- Martin, Sandra K., e Ayyamani Jagadish. 2006. «Agricultural marketing and agribusiness supply chain issues in developing economies: the case of fresh produce in Papua New Guinea». Em . <https://ideas.repec.org/p/ags/nzasin/31956.html>.
- Mathias, Peter. 1991. «Resources and technology». Em *Innovation & Technology in Europe: from the eighteenth century to the present day*, editado por Peter Mathias e J. A. Davis, 18–42. Oxford: Blackwell.
- Miranda, Sacuntalá de. 1991. *Portugal: o círculo vicioso da dependência (1890-1939)*. Lisboa: Teorema.
- Moreira, Manuel Belo. 2001. *Globalização e agricultura: zonas rurais desfavorecidas*. 1a ed. Agricultura, Sociedade e Território. Oeiras: Celta.
- Moreno, Luís. 2017. «Estratégia agroalimentar e cidades: uma perspetiva de governança e coesão socioterritorial». Em *Alfaces na avenida. Estratégias para (bem) alimentar a cidade*, editado por Sara Amâncio, Rosário Oliveira, e Leonel Fadigas, 125–29. Lisboa: Universidade de Lisboa, Colégio Food, Farming and Forestry.
- Mytelka, Lynn K. 2000. «Local Systems of Innovation in a Globalized World Economy». *Industry and Innovation* 7 (1): 15–32. <https://doi.org/10.1080/713670244>.
- Nelson, Jane. 2020. «No Smallholder Farmer Left Behind». Em *Leave no one behind: time for specifics on the sustainable development goals*, editado por Homi Kharas, Izumi Ohno, e John H. McArthur, 59–78. Brookings Institution Press.
- Neto, Margarida Sobral. 1994. «Introdução e expansão da cultura da batata na região de Coimbra: sécs. XVII-XIX». *Revista Portuguesa de História* 19: 54–82.
- Nunes, Adélia. 2004. «Uso do solo em Portugal Continental: aspectos gerais da sua evolução». *Cadernos de Geografia*, n. 23: 91–103. [https://doi.org/10.14195/0871-1623\\_23\\_8](https://doi.org/10.14195/0871-1623_23_8).
- Oliveira, João Nunes de. 2002. *A Beira Alta de 1700 a 1840: gentes e subsistências*. Viseu: Palimage.
- Oliveira, Maria de Fátima Martins Lorena de. 1995. «A competitividade da indústria do tomate em Portugal: aplicação dos paradigmas da competitividade numa indústria agro-alimentar». Dissertação de Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- . 2000. «Estratégias da distribuição e perspectivas para a fileira das frutas e legumes frescos em Portugal». Tese de Doutoramento em Engenharia Agronómica, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

Olmstead, Alan L., e Paul W. Rhode. 2008. «Conceptual issues for the comparative study of agricultural development». Em *Agriculture and Economic Development in Europe Since 1870*, editado por Pedro Lains e Vicente Pinilla. London: Routledge.

Pereira, Miriam Halpern. 1971. *Livre-câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX*. 1a ed. Lisboa: Cosmos.

———. 1974. *Assimetrias de crescimento e dependência externa*. Cadernos seara nova, actualidade nacional. Lisboa: Seara Nova.

———. 1979. *Política e economia: Portugal nos séc. XIX e XX*. Horizonte 39. Lisboa: Livros Horizonte.

Pires, Leonardo Aboim. 2018a. «A Junta Nacional das Frutas: corporativismo, desenvolvimento industrial e modernização agrícola no Estado Novo (1936-1974)». Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

———. 2018b. «As mudanças económicas do pós-guerra e a questão alimentar em Portugal: padrões de consumo, tendências sociais e assimetrias regionais». *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 18: 251–72. [https://doi.org/10.14195/1645-2259\\_18\\_12](https://doi.org/10.14195/1645-2259_18_12).

Poulton, Colin, e Jon Macartney. 2012. «Can Public–Private Partnerships Leverage Private Investment in Agricultural Value Chains in Africa? A Preliminary Review». *World Development* 40 (1): 96–109. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2011.05.017>.

Radich, Maria Carlos. 1987. «A agronomia portuguesa no século XIX: a imagem da natureza nas propostas técnicas». Tese de Doutoramento em Agronomia, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

———. 2007. *O algarve agrícola: notícias oitocentistas*. Portugal. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea de Lisboa.

Reig Martínez, Ernest. 2007. «Fundamentos económicos de la multifuncionalidade». Em *La multifuncionalidad de la agricultura en España: concepto, aspectos horizontales, cuantificación y casos prácticos*, editado por José Gómez-Limón, Elena Mármol, César Marcos, e Jesús Barreiro Hurlé, 19–39. Madrid: Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente.

Reis, Jaime. 1993. *O atraso económico português em perspectiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX 1850-1930*. Análise social. Lisboa: Imp. Nac. - Casa da Moeda.

*Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos distritos administrativos do continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1858*. 1859. Lisboa: Imprensa Nacional.

Santos, Paulo José Marques Ribeiro dos. 1996. «Estado e agricultura: o trigo em Portugal uma abordagem pela função de preferência política». Dissertação de Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

Scott, James C. 2017. *Against the Grain: A Deep History of the Earliest States*. Yale University Press.

Simpson, James. 1989. «La Produccion Agraria y El Consumo Español En El Siglo XIX». *Revista de Historia Económica / Journal of Iberian and Latin American Economic History* 7 (2): 355–88. <https://doi.org/10.1017/S0212610900001361>.

- Small, Mario Luis. 2011. «How to Conduct a Mixed Methods Study: Recent Trends in a Rapidly Growing Literature». *Annual Review of Sociology* 37: 57–86.
- Soares, Fernando Brito. 2005. «A agricultura». Em *História Económica de Portugal (1700-2000)*, editado por Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, 3:157–83. ICS - Imprensa de Ciências Sociais.
- Sturgeon, Timothy J. 2001. «How Do We Define Value Chains and Production Networks?» *IDS Bulletin* 32 (3): 9–18. <https://doi.org/10.1111/j.1759-5436.2001.mp32003002.x>.
- Syrjämäki, Sami. 2011. *Sins of a Historian: Perspectives on the Problem of Anachronism*. Tampere University Press.
- Teixeira, José Afonso. 1996. «O comércio alimentar na área metropolitana de Lisboa nos últimos trinta anos: agentes, estratégias empresariais e padrões de consumo». Tese de doutoramento em Geografia e Planeamento Regional, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Teles, Basílio. 1903. *Carestia da vida nos campos: cartas a um lavrador*. Biblioteca de estudos sociais contemporâneos 4. Porto: Chardron.
- Tobin, Daniel, Leland Glenna, e Andre Devaux. 2016. «Pro-Poor? Inclusion and Exclusion in Native Potato Value Chains in the Central Highlands of Peru». *Journal of Rural Studies* 46 (Agosto): 71–80. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2016.06.002>.
- Truninger, Mónica. 2010. *O campo vem à cidade: agricultura biológica, mercado e consumo sustentável*. 1a ed. Breve. Lisboa: ICS - Imprensa de Ciências Sociais.
- . 2020. *Hábitos alimentares dos portugueses*. Ensaios da Fundação 107. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Truninger, Mónica, e Dulce Freire. 2011. «Globalização e reconfiguração da agricultura local: processos de construção do Solar da Pêra Rocha no Oeste (Portugal)». Em *O rural plural – olhar o presente, imaginar o futuro*, editado por Elisabete Figueiredo, 73–90. Castro Verde: 100 Luz.
- Vilarinho de São Romão. 1889. *Portugal agrícola*. Porto: Liv. Internacional de Ernesto Chardron.